

O PROTAGONISMO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO FORTALECIMENTO DA ADEÇÃO AO GRUPO HIPERDIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Agentes Comunitários de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Doença Crônica; Educação em Saúde

Introdução

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), especialmente a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e o Diabetes Mellitus (DM), representam importante desafio para a Atenção Primária à Saúde (APS), exigindo estratégias permanentes de acompanhamento e promoção do autocuidado. Nesse contexto, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) constitui elo estratégico entre os serviços de saúde e a comunidade, favorecendo o vínculo, a mobilização social e o cuidado longitudinal. Entretanto, seu potencial como protagonista na organização das ações coletivas ainda é pouco explorado. Este trabalho teve como objetivo relatar a experiência de fortalecimento do protagonismo dos ACS/Técnicos de Agentes Comunitários de Saúde (TACS) na organização de um grupo Hiperdia, analisando sua contribuição para a adesão dos usuários e para a qualificação do processo de trabalho.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência sobre um projeto de intervenção multiprofissional desenvolvido na APS. Inicialmente, residentes, equipe de saúde, ACS/TACS realizaram reuniões de planejamento para análise da participação dos usuários por microárea e definição compartilhada das estratégias de mobilização. Paralelamente, foram desenvolvidas ações de educação permanente abordando acolhimento, triagem clínica, utilização de indicadores territoriais e monitoramento da adesão. A partir desse processo, os TACS passaram a realizar a triagem dos participantes, enquanto fortaleceram a busca ativa, os convites domiciliares, o acompanhamento por microárea e a avaliação sistemática dos resultados. Os encontros ocorreram quinzenalmente, utilizando metodologias participativas e atividades educativas.

Resultados / Discussão

A intervenção foi conduzida por um ciclo contínuo de planejamento, ação, avaliação e replanejamento, fundamentado na análise dos indicadores de participação por microárea após cada encontro. Esse processo possibilitou identificar fragilidades territoriais, redefinir estratégias de mobilização e fortalecer a corresponsabilização dos ACS/TACS. Houve crescimento da participação, passando de 16 usuários no primeiro encontro para 30 no terceiro, representando aumento de 87,5%. Dos 16 participantes iniciais, 10 se mantiveram presentes, demonstrando taxa de retenção de 62,5%. A devolutiva sistemática dos indicadores transformou os resultados em ferramenta de gestão, permitindo aos ACS reconhecer o desempenho de suas microáreas, pactuar novas estratégias de busca ativa e ampliar a participação dos usuários. A formação dos TACS favoreceu maior autonomia, que passaram a realizar acolhimento, aferição da pressão arterial e glicemia capilar. Além disso, ampliaram sua atuação na organização dos encontros e na oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, fortalecendo o vínculo com a comunidade. A incorporação dos indicadores ao planejamento qualificou o processo de trabalho, fortaleceu a integração entre equipe e território e ampliou a efetividade das ações voltadas às pessoas com condições crônicas.

Considerações Finais

O fortalecimento do protagonismo dos ACS/TACS mostrou-se determinante para ampliar a adesão e a permanência dos usuários nas atividades coletivas, qualificando o cuidado e fortalecendo o vínculo entre equipe e comunidade. A utilização de indicadores territoriais associada à educação permanente favoreceu a corresponsabilização dos profissionais e consolidou um modelo de planejamento compartilhado, configurando estratégia de baixo custo, replicável e capaz de qualificar o cuidado na Atenção Primária à Saúde.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 278, de 27 de fevereiro de 2014. Institui diretrizes para implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2.304, de 12 de dezembro de 2023. Institui o Programa Mais Saúde com Agente, destinado à formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias no triênio 2024-2026. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.